

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
DE 29SET2020**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos, reuniram-se no Auditório Maria Barroso, na Casa das Histórias Paula Rego os representantes do Conselho Municipal de Segurança, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**1. Intervenção do público:**

1.1. Não há registo de inscrições;

2. Tomada de posse dos Srs. Conselheiros:

2.1. **Hugo Alexandre Matos Tavares**, Diretor da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal da ASAE;

2.2. **Paulo Sérgio Gomes Agostinho**, Capitão-de-Fragata, Comandante a Polícia Marítima e do Porto de Cascais e Representante Local da Autoridade Marítima Nacional;

2.3. **Maria Céu Garcia**, Administradora da Cascais Dinâmica;

2.4. **Paulo Alexandre Pina Inácio**, Presidente da Associação de Profissionais de Pesca;

2.5. **Isabel Camarinha**, Secretária-Geral CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional;

2.6. **Carlos Manuel Simões**, Secretário-Geral da UGT - União Geral de Trabalhadores.

ORDEM DO DIA:

- 1. Abertura dos trabalhos formais e considerações iniciais pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Presidente do Conselho Municipal de Segurança;**
- 2. Aprovação da Ata da Reunião do Conselho de 19/06/2020;**
- 3. Análise e discussão do impacto da COVID-19 sobre a criminalidade registada no concelho de Cascais, através da evolução dos índices de criminalidade dos primeiros nove meses deste ano quando comparados com o período**

homólogo do ano passado, incluindo o número de detenções, com apresentações pelas seguintes entidades:

- a) Polícia Marítima;
 - b) GNR - Subdestacamento de Alcabideche
 - c) PSP - Divisão de Cascais;
 - d) PSP - Divisão de Segurança a Transportes Públicos (linha CP de Cascais)
 - e) SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
 - f) Polícia Municipal de Cascais
- 4. Análise e discussão sobre a integração e coordenação de ações no âmbito da segurança destinadas a minimizar os efeitos da pandemia COVID-19;**
 - 5. Aconselhamento aos Órgãos do Município sobre como combater a perceção de aumento da insegurança nalgumas zonas do Concelho;**
 - 6. Considerações finais e encerramento dos trabalhos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais.**

Pelas nove horas e trinta minutos, deu início à sessão o Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança, Dr. Carlos Carreiras, com apresentação de cumprimentos aos presentes, e referindo que uma vez que não havia intervenção do público passaria assim à Tomada de Posse dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança.

Tomaram posse o Dr. Hugo Alexandre Matos Tavares, Diretor da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal da ASAE e o Sr. Paulo Sérgio Gomes Agostinho, Capitão-de-fragata, Comandante da Polícia Marítima e Porto de Cascais e representante da Autoridade Marítima Nacional. Por motivo de estarem ausentes, não tomaram posse os restantes membros a empossar.

O Sr. Presidente passou ao ponto 1 da ordem do dia, com a abertura formal dos trabalhos e considerações iniciais, pelo Sr. Presidente do Conselho Municipal, cumprimentando novamente os presentes agradecendo a presença dos senhores conselheiros, dando então uma pequena justificação relativamente à convocatória do mesmo, referindo que cabe aos Presidentes de Câmara, e neste caso ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais, convocar o Conselho Municipal de Segurança, e a razão de convocar este Conselho Municipal de Segurança, por um lado estamos a cumprir o que é a lei, que nos obriga a ter pelo menos duas reuniões durante um ano civil, e por outro lado também fez a convocatória para pedir o conselho aos presentes sobre a forma como enfrentar os próximos meses. Referiu que não ser novidade para ninguém o facto de se estar a viver uma situação de pandemia sanitária, a qual arrastou atrás dela duas outras pandemias que se irão arrastar por muito mais tempo, referindo-se à pandemia económica e à pandemia social.

Frisou que esta conjugação de esforços, ou seja, esta conjunção de problemas, leva-nos a que enquanto na sanitária nós tínhamos conhecimento, nesta última fomos todos apanhados de surpresa, e em relação à situação económica e social, mencionou já haver algumas experiências, nomeadamente da última crise financeira que se viveu, e das consequências dessa mesma crise.

Referiu ainda que quando assumiu funções, como Presidente de Câmara, nos encontrávamos no pico da crise de 2011 e menos de 10 anos depois somos confrontados com uma crise como esta que se está hoje a viver, e que vamos viver, pois na sua perspetiva é que no que diz respeito à pandemia sanitária, a mesma durará ainda algum tempo, e segundo referiu teremos de estar preparados para o pior esperando que aconteça o melhor, mas deverá prolongar-se ainda por mais 2 anos.

Relativamente à pandemia económica, referiu não ter dúvidas que se consiga resolver antes do período de 3 a 5 anos, quanto à social a mesma deverá estar resolvida num período que poderá ultrapassar os 5 anos.

O Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança, mencionou que esta conjugação de fatores cria um conjunto de tensão em relação àquilo que é a segurança dentro do próprio concelho, tendo já algumas provas disso nos últimos tempos, aproveitando para deixar uma palavra de reconhecimento a todas as forças de segurança que tiveram que intervir mais neste período complicado, em que todos nos lembrámos de quais eram as nossas dúvidas, os nossos receios. Dando como exemplo a época balnear e muitas outras situações que em conjunto vão conseguindo ultrapassar e passar por elas.

Mencionou que não tinha grandes dúvidas de que a situação social e económica que se está a viver é em si mesma indutora de aumento de insegurança ou de igual modo grave da perceção de quais são os níveis de insegurança no concelho. E nesta matéria leva a falar daquilo que é a matéria-prima, da qual já tinha sido falada em muitos conselhos municipais, Cascais precisa de ter segurança. É uma das matérias-primas fundamentais, muito especialmente para uma das atividades económicas do concelho que está ligada ao setor turístico que por si só talvez seja a área que mais esteja a sofrer do ponto de vista económico e portanto quando há esta situação de se perder um dos principais produtos do nosso concelho, do nosso destino, da forma como ele é atrativo, como ele é acolhedor, estamos de facto a cavar mais fundo a própria situação económica e com reflexos negativos na perspetiva social, e isso não é uma matéria que se consiga abordar de forma isolada, cada um por si. Referiu ser um grande defensor de haver descentralização por parte do Estado Central para o Estado Local, mas há áreas em que mencionou não ser de todo defensor dessa mesma descentralização e a segurança é uma delas, portanto referiu não ter nenhuma intenção de exercer ou assumir mais funções do que aquelas que a lei já prevê, mas frisou, que quanto mais se estiver entrosado com uma capacidade de resposta ainda mais no que diz respeito à própria segurança e proteção, referiu ainda que se sabe que não depende apenas das forças de segurança, depende por um lado e dentro do próprio sistema de atuação das instâncias judiciais, como do próprio Ministério Público, pelo menos para travar algum espírito de impunidade que possa existir a quem prevarica, mas também se sabe que do outro lado se tem que fazer ações que tenham que ser concertadas, nomeadamente na perspetiva social, na perspetiva da segurança social, na perspetiva sanitária, mencionando que isso leva a uma articulação cada vez maior, bastando muitas vezes, uma ou duas, ou até mais imagens que naturalmente os órgãos de comunicação social acabam por difundir, para que a perceção de insegurança esteja abalada.

O Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança, mencionou, que relativamente à questão da insegurança, quer amigos e familiares já se começa a instalar essa perceção de insegurança. Ora se, se instala nos mais próximos, instala-se também de uma forma geral na comunidade e isso é muito negativo, ainda para mais num concelho que tem a capacidade de ter aqui um conjunto de nacionalidades diferentes, culturas diferentes, de formas de ser e estar diferentes, como diferentes são também os próprios estratos sociais que esta comunidade não portuguesa, portanto estrangeira, embora o Sr. Presidente do Conselho, referiu que não gosta de dizer que Cascais tem estrangeiros, porque são todos cascalenses, mas de facto cria aqui algum tipo de tensões.

Referiu que por um lado teremos que ter aqui a perceção como é que está o estado da "arte", em que não há grandes dúvidas que os próprios índices estarão abaixo do comparado com o



ano anterior, até por uma razão simples, mencionou que estivemos confinados durante um período suficientemente largo, e durante esse período em todos estivemos limitados, os criminosos também estiveram, e não tiveram área de atuação, mas acima de tudo é haver o clima instalado assim como a perceção de insegurança e como referiu anteriormente, isso não passa apenas e só de um registo, nomeadamente por nos últimos dias ter havido uma ação forte, como também ficou provado com as vantagens da interligação das várias forças de segurança, quer com o SEF, e nomeadamente a PSP, quer também com a atuação da GNR, neste caso na freguesia de Alcabideche, que é a sua área de responsabilidade, mas de facto tem não só de se garantir a segurança pública, mas também fazer eco desses fatores de segurança pública exatamente para combater essa perceção, que não é absolutamente real, mas tem efeitos colaterais bastante negativos.

Explicou ser essa a principal razão da marcação do Conselho Municipal de Segurança, referindo que também o queria marcar, porque o Presidente da Câmara Municipal não tendo, e existe uma grande confusão na cabeça dos cidadãos, uma vez que para eles o Presidente da Câmara é que tem a responsabilidade sobre tudo, seja de que natureza for, incluindo a segurança, ou neste caso a falta dela, frisou. Mas de facto isso verificou-se, referindo uma palavra de reconhecimento à Autoridade Marítima, em virtude de terem sido postos à prova como nunca o tinham sido antes, durante o período de verão, e com todas as dúvidas e incertezas, de como fazer o período balnear, e no final a época balnear correu bem.

Para concluir referiu, que do ponto de vista psicológico da própria população, o Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança disse não estar à espera de uma evolução muito positiva, uma vez que as pessoas começam a ficar cansadas, saturadas de todo este processo. Referiu que o próprio se encontra já um pouco cansado, embora todos os dias cheguem notícias animadoras, mas também outras situações que não são tão boas, e lá vai a Câmara Municipal atrás dessas situações para resolver, e isso transpõem-se para a comunidade em si mesma e é nessa base que se tem que apelar aqui a cada conselheiro para os valores de resiliência, de paciência. Frisou que desgasta e portanto independentemente da capacidade de resposta que existe por parte da Câmara, e nomeadamente das Forças de Segurança, da forma como estão organizadas e estão treinadas também para aguentar este tipo de pressão, esta necessidade de ser muito resiliente, mas o certo é que as coisas não matam mas moem. E essa foi a razão para a convocatória deste Conselho Municipal de Segurança, pedindo às diversas Forças de Segurança para fazerem uma pequena apresentação muito focada neste período que estamos a viver e assim se poder discutir aquilo que cada um está a antever que possa vir a colocar num futuro próximo, dentro de 2 anos, o período da crise sanitária, mas que reforçou, aprofundará a crise económica e social.

Passou então de imediato ao ponto nº 2, propondo a votação da ata do Conselho Municipal de Segurança de 19JUN2020. A Ata foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança passou de imediato ao ponto 3., que se referia à análise e discussão do impacto da COVID-19 sobre a criminalidade registada no concelho de Cascais, através da evolução dos índices de criminalidade dos primeiros nove meses deste ano quando comparados com o período homólogo do ano passado, incluindo o número de detenções. Passou assim a palavra à Polícia Marítima.

Autoridade Marítima - Capitão do Porto de Cascais - Capitão-de-Fragata - Paulo Sérgio Gomes Agostinho – Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, referindo que está em funções em Cascais à cerca de um mês, e anteriormente esteve cerca de 5 anos nas mesmas funções na Capitania do Porto da Nazaré, encontrando-se neste momento a "tirar as fitas ao paraquedas". Passou então à apresentação dos dados referindo que se vai cingir ao domínio público marítimo local sobre o qual exerce a sua jurisdição, assim mencionou eu tiveram 45 ocorrências quantificadas como crime e de uma forma geral, ainda

é muito precoce nesta área específica comparar 2019 com 2020, até porque ainda não se está no pico desta pandemia.

Assim, referiu, que de uma forma geral se verifica que houve um aumento da tipologia de crimes, nomeadamente os crimes contra a integridade física aumentaram significativamente, de 1 em 2019, para 9 em 2020. Quanto aos crimes de importunação sexual nas praias, também se verificou um aumento, de apenas 1 em 2019, para 4 em 2020. Referiu que no capítulo dos furtos também houve um aumento, verificando-se 3 em 2019, subindo para 11, no presente ano. Relativamente à poluição, e foram apenas pequenos focos, os quais foram apenas 4, salientou que este é um tipo de crime diferente.

Referindo-se às tentativas de suicídio, neste momento já são em número superior (6), às que foram em 2019 (5), e as mesmas podem sempre ter causas diversas. Mencionou ainda um desembarque de um tripulante suspeito de COVID 19. Referiu que os dados atrás mencionados são os disponíveis até ao momento.

Mencionou que os principais factos verificados e aqui sim correlacionados com a questão do COVID-19, foram o facto dos ajuntamentos que foram sendo verificados ao longo da orla costeira, principalmente desde Cascais até Carcavelos, e diariamente isso foi uma realidade, tendo sido feitas ações conjuntas com a PSP, com resultados muito profícuos e sempre na perspetiva da prevenção e da sensibilização, assim como da dispersão de jovens. De uma forma geral a atitude desses jovens quando confrontados com a polícia foi de cooperação e de uma forma geral dispersaram de imediato. Referiu que relativamente a esta questão a Polícia Marítima, não tem qualquer detenção relacionada com o COVID-19 e as contraordenações são relacionadas com a disponibilização e venda de álcool para além das 20:00H, havendo também a questão de alguns concessionários que contrariaram a lei alugando toldos o dia inteiro, quando as recomendações eram para a existência de um turno da manhã e um turno da tarde. Referiu serem estas as 2 situações relacionadas com a COVID-19 e específicas desta fase que todos ultrapassamos.

O Sr. Capitão do Porto de Cascais, fez então um pequeno balanço, referindo-se ao mesmo, como sendo também uma conclusão, preocupação e linha de ação, uma vez que é importante nesta fase fazer a interpretação diária da informação, uma vez que já se está habituado a viver uma fase em que o que hoje é verdade, amanhã pode ter um enquadramento ou ser completamente diferente. Referiu que existem algumas questões que são as interpretações dos dados e os sinais que se tem que estar atento, um deles é o fim da época balnear a 15OUTvs o emprego sazonal, referiu que ainda não tem a perceção da dimensão do emprego sazonal de época balnear e qual o impacto que isso naturalmente vai ter no concelho Quanto à evolução dos casos de COVID-19 *versus* confinamento é uma questão para a qual também se tem que estar preparado e a qual se tem que monitorizar, no entanto referiu que a evolução de uma forma geral do emprego *versus* desemprego, pode levar algumas pessoas ao desespero e em muitos casos passar para a parte do crime.

Relativamente ao quadro comportamental de grupo, mencionou especialmente os jovens, os quais são uma preocupação diária, e tem vindo a constatar isso mesmo desde que está em Cascais, pois todos os dias há concentração de jovens nomeadamente entre Cascais e Carcavelos em zonas de bares, que antes funcionavam em pleno e que agora estão limitados. No que diz respeito à observação da evolução da criminalidade nos concelhos circundantes, apesar deste Conselho Municipal de Segurança ser só cingido aos dados de Cascais, referiu que devíamos estar muito atentos ao que se passa nas nossas redondezas, uma vez que mais de 60% dos crimes e contraordenações que a Polícia Marítima tem são com cidadãos habitantes de concelhos limítrofes, e o espectro de atuação e observação não deveria ser só Cascais, uma vez que se referia em espacial à zona de Carcavelos, pois é assunto do conhecimento de todos os presente, e como todos sabem grande parte dos frequentadores da praia de carcavelos não são habitantes do concelho de Cascais.

Relativamente às linhas de ação, a Policia Marítima, vai manter o esforço na sensibilização, pois são uma polícia de proximidade e visibilidade, referiu que têm prescindido de mais de 50% das questões administrativas para assim poderem ter mais pessoas na rua, assim o reforço de patrulhas nas áreas sensíveis e ações de visibilidade vai de encontro ao referido já anteriormente.

Quanto a missões conjuntas com outras forças policiais referiu que mais do que nunca, as mesmas fazem sentido, e mencionou que já tiveram oportunidade de trabalhar com a PSP e que a Policia Marítima espera logo que possível fazê-lo com a GNR, em ações noturnas que foram muito proveitosas para as Forças de Segurança em si mas também para a população.

Quanto à capacidade de adaptação *versus* evolução da pandemia referiu que ao mencionar a capacidade de adaptação, menciona a resiliência e a capacidade de se transformar rapidamente em função das necessidades da população. Agradeceu a todos os Srs. Conselheiros terminando a sua apresentação.

O Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança passou de imediato a palavra à GNR de Alcabideche.

Guarda Nacional Republicana - Destacamento Territorial da GNR de Sintra representada pelo Comandante do Destacamento de Territorial de Sintra, Senhor Capitão Ricardo Guimarães da Silva - Iniciou a sua apresentação cumprimentando todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente do Conselho Municipal de Segurança, tendo-se apresentado de imediato, assim como ao Alferes João Sanches novo Comandante do Subdestacamento de Alcabideche, referiu que iria fazer uma apresentação com base numa análise na criminalidade e do que é feito pela GNR para combater o decréscimo ou a evolução da mesma. Assim relativamente à criminalidade referiu que iria abordar a questão com simplicidade, embora não iria de forma alguma ferir a complexidade da mesma, referiu ainda que iria abordar os números e os factos para que todos os presentes consigam ter a perceção exata.

Referiu que relativamente à criminalidade de 2019 para 2020 houve um decréscimo de 10%, isto é em 2019 houve 1630 ocorrências, e em 2020 houve 1463, na área de Alcabideche, mencionou que o período de análise se reporta de JAN2020 a 28SET2020.

Relativamente ao tráfico de estupefacientes também houve um decréscimo de quase 71%, isto é, em 2020 foram 7 crimes e em 2019 foram 24. No que aos furtos diz respeito, mencionou que também houve um decréscimo de cerca de 4.5%, numa realidade de quase 500 furtos em 2020, contra 524 em 2019. Relativamente aos roubos verifica-se a tendência inversa, pois tivemos um aumento de 6%, o que se traduz numa realidade de mais 3 roubos do que em igual período do ano passado, ou seja, em 2019 houve 50, e em 2020 houve 53. Esclareceu os presentes sobre qual a diferença entre furto e roubo, referindo que no furto não há violência, enquanto que no roubo há, seja esta violência física ou psicológica.

Relativamente à violência doméstica, outro dos temas que o Destacamento de Alcabideche tem como bandeira, verificou-se uma variação de quase menos 3%, ou seja houve menos 4 casos, num total de 135, contra 139 em período homólogo.

Relativamente a resistência e coação, e referiu a situação que ocorreu no Bairro da Cruz Vermelha, situação essa que foi bastante mediática, lembrando que o que queria passar da imagem do que a Guarda faz, quando tem à sua responsabilidade e em especial nas zonas urbanas sensíveis, os denominados bairros sociais, e explicou que a situação que se viu no vídeo, apesar de não ser normal, como é obvio uma situação daquelas não deve ser normal, mas uma coisa é um garante, referiu, da parte da Guarda, a Guarda havendo as situações, havendo as ocorrências, havendo as denúncias, nunca irá virar as costas ou fazer de conta

que nunca aconteceu, frisou também que garantidamente a GNR vai ao local independentemente do desfecho que a situação tenha, seja de forma mais musculada, ou menos musculada, mencionando que mais á frente na sua apresentação iria mostrar a forma como a GNR responde a este tipo de incidentes, mas uma coisa é certa garantiu a expressão "Ó da Guarda" – é para ser levada á risca, e quando o cidadão chama, a Guarda vai lá, independentemente do resultado que de lá vem, mas militares do Destacamento Territorial de Sintra, não viram costas aos problemas, garantiu o Capitão Ricardo Guimarães da Silva. Voltando a frisar que nos últimos 3 anos isso nunca aconteceu e espera que não aconteça, portanto quando há hipoteticamente a ideia de que nestes sítios os cidadãos estão menos respeitadores e possam sequer pensar ou intentar contra os militares da Guarda, temos a queixa, ou seja no ano passado tivemos 11 contra 10 em 2020, explicou que se referia ao crime de resistência e coação, crime este que engloba vários fatores, sendo um deles e explicou de forma sucinta que se refere àquele cidadão que não vai de acordo ou não respeita a ordem do militar da Guarda e vai resistir, seja mais fisicamente, ou seja fechando com o referido inicialmente, e a Guarda vai ao local independentemente do desfecho. Mencionou que idealmente o desfecho é que não resulte nunca numa situação idêntica à do Bairro da Cruz Vermelha, efetivamente houve uma detenção por resistência e coação, a Guarda como é óbvio tentou, e o pilar é sempre inicial de prevenção mas depois tem de se ter a noção que há uma altura em que essa prevenção termina e se tem de dar o passo seguinte.

Terminou a apresentação relativa aos dados sobre a criminalidade, com os crimes da área do trânsito, referindo que houve um aumento do crime de condução sem habilitação legal havendo uma variação de 13%, em que em 2019 houve 22 ocorrências e em 2020 houve 25. No que à condução sob o efeito de álcool diz respeito houve um decréscimo de quase 45%, com uma variação de menos 17 crimes, isto é de 38 em 2019, passamos para 21 em 2020. Mencionou que felizmente estes números têm uma tendência decrescente, mas algo é feito para isso, como a dedicação dos militares da Guarda que diariamente ocorrem a estas situações. Relativamente ao nº das detenções, mencionou também decréscimo das mesmas, ou seja menos 50 detenções, contra 150 em período homólogo.

O Sr. Comandante do Destacamento Territorial de Sintra, fez um pequeno enquadramento relativamente ao desempenho da GNR de Alcabideche nos últimos 9 meses, assim explicou que, no ano passado efetuaram 150 detenções, contra 50 em 2020, o que quer dizer por ordem de grandeza, que se faz uma detenção a cada 3 dias, para termos uma comparação esta referência como é óbvio e o ideal seria zero detenções ao longo de todo o ano, não pela inação da Guarda e voltou a pegar novamente na situação do Bº da Cruz Vermelha, a qual não teria acontecido se a GNR não tivesse ido ao local. Mas referiu mais uma vez que a mensagem que pretendia passar era: Se há situações em que este há confronto e em que há esta imposição da ordem a GNR faz por estar presente, se a GNR não fosse ao local, não havia situação, não havia vídeo, não havia detenção, não foi o que aconteceu.

Em termos de patrulhamento total, referiu que efetuaram 1159 ações de patrulhamento, alertando mais uma vez para o acréscimo do patrulhamento de intervenção, em áreas da qual resultou aquele vídeo, mencionando que como referido anteriormente tentam sempre a linha orientadora da GNR que é a prevenção, quando essa linha não é suficiente têm então de passar para algo que faça a prevenção funcionar, e citou da Sra. Dra. Luísa Verdasca Sobral, Coordenadora do Ministério Público, "A própria repressão por si é prevenção", o facto de haver patrulhamento no Bº da Cruz Vermelha, seja no Bº de Alcoitão, ou seja só o facto de haver patrulhamento de intervenção por si já é prevenção, como é óbvio mais uma vez referiu que quando a prevenção não funciona efetivamente têm de atuar. Para ter uma vez mais uma ordem de grandeza isso equivale em relação ao ano passado a mais 10 patrulhas por mês, só de intervenção, sendo que em 2019 foram feitas 2018, e em 2020 já foram efetuadas 312.

Terminou a sua apresentação indo de encontro ao mencionado pelo Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança na abertura dos trabalhos, referindo que a estratégia da GNR 2020/2025 e é o que de mais atual têm, e que é a linha orientadora da GNR, ou seja ao longo

de toda a apresentação referiu a preocupação da GNR – as pessoas. Explicou que a GNR está para as pessoas e vai evoluindo conforme as pessoas vão precisando, ou seja, em tempo de pandemia a evolução vai nesse sentido.

O Sr. Presidente agradeceu, referindo que deixaria o debate e algumas questões que pudessem vir a ser colocadas pelos Srs. Conselheiros para o final das apresentações chamou para fazer a sua apresentação o Comandante da Policia de Segurança Pública de Cascais

Polícia de Segurança Pública – Divisão de Cascais – Subintendente Reinaldo dos Santos – Cumprimentou o Sr. Presidente e todos os Conselheiros Municipais, e iniciou a sua apresentação com um agradecimento a todas as instituições representadas pelos presentes, que muito importantes tem sido para a PSP conseguir desenvolver a sua missão procurando transmitir segurança e confiança a todos os cidadãos sem exceção que residem ou visitam o município de Cascais. Destacou a colaboração da Câmara Municipal de Cascais, agradecendo na pessoa do Sr. Presidente a forma como tem procurado ajudar a PSP, reforçado os bens materiais ao seu dispor o que tem contribuído para continuar a apresentar uma boa qualidade de resposta ao cidadão, esperando que assim continue, frisou. Referiu que seria bom que o sistema de vídeo vigilância, fosse uma realidade muito breve, uma vez que o processo está bem encaminhado. Assim será mais um meio que a Câmara Municipal de Cascais porá ao dispor das Forças de Segurança e muito contribuirá para a prevenção e repressão da criminalidade e incivilidade no município de Cascais. Relevou também a excelente articulação entre outras Forças de Segurança do município, distinguindo o excelente trabalho desenvolvido por os Comandantes cessantes, nomeadamente a Sra. Tenente Inês Rabaça, Comandante do Subdestacamento de Alcabitche, e o Comandante da Policia Marítima de Cascais, Capitão-de-Fragata Rui Teixeira. Desejou assim as maiores felicidades a ambos e referiu que o trabalho será certamente continuado pelos recentemente empossados.

Referiu que na apresentação dos índices criminais iria fazer uma comparação com 2019 e o impacto da pandemia nos mesmos, assim como dos acidentes rodoviários e as suas consequências, bem como as ações desenvolvidas no âmbito da pandemia, nomeadamente a fiscalização e cumprimento das medidas impostas pelas Resoluções do Conselho de Ministros (RCM). Mencionou que relativamente à criminalidade geral, se verificou um ligeiro aumento nos primeiros meses deste ano, mas depois verificou-se nos restantes meses um decréscimo (a análise efetuada entre os meses de JAN2020 e AGO2020), o decréscimo foi mais acentuado nos meses de confinamento com 446 ocorrências em MAR2020 e 332 em ABR2020, e após o confinamento verificou-se uma subida da criminalidade, mas sempre com um registo abaixo do ano de 2019. Referiu ainda que no que diz respeito ao roubo por esticção na via pública se verificou uma oscilação entre as subidas e descidas ao longo deste ano, comparando com 2019, tendo-se verificado no entanto mais 3 roubos por esticção, assim em 2020 houve 43, enquanto em 2019 houve 40. Relativamente a outros roubos, excluindo já os por esticção, e à exceção dos meses de FEV2020 e MAI2020, houve uma descida em todos os meses de 2020, com 74 ocorrências, comparativamente com 2019 com 100 participações.

No que diz respeito ao furto por carteirista, mencionou que só no mês de FEV2020, se verificou uma subida, comparado com o período homólogo, isto é 2020 (13) e 2019 (9), depois ABR2020 e MAI2020 referiu terem registo de zero ocorrências, mas a partir de MAI2020 e com o desconfinamento voltaram a verificar um aumento do registo de furtos por carteirista (34), mas muito abaixo dos 97 registados em 2019. Salientou notar-se aqui o reflexo da crise do turismo derivada da pandemia.

Relativamente ao furto de veiculo motorizado, referiu que à semelhança do verificado nos registos da criminalidade geral, apenas nos meses de JAN-FEV2020 é que houve uma subida neste tipo de crime (30), comparando com período homólogo, uma vez que em 2019 houve

registo de 26 ocorrências, depois verificou-se uma descida neste tipo de crime até ao mês de MAI2020 comparando com 2019, mas referiu que em JUN2020 houve mais 2 furtos e em AGO2020 mais 8, que em igual período de 2019. Referindo-se aos valores de furto em residência, o Sr. Comandante da PSP de Cascais, disse que se verificou este ano, 4 meses com valores a subir e outros 4 meses com valores a decrescer, contudo no total dos 8 meses analisados verificaram-se menos 20 furtos, num total de 235, comparando com 2019 com 255 furtos. Quanto ao furto em estabelecimento comercial, comparando os anos de 2019 e 2020, verificou-se uma oscilação entre as subidas e as descidas nos registos, podendo verificar uma descida deste crime em 2020 com 38 ocorrências.

No que respeita às burlas, mencionou que contrariamente a todos os registos criminais apresentados e mesmos depois de inúmeras ações de sensibilização por parte da PSP e da GNR, houve uma tendência para o aumento deste tipo de crime, tendo-se verificado 384 crimes em 2019, e nos 8 meses analisados de 2020, já contarem com 476 crimes por burla.

Relativamente à violência doméstica, também este tipo de crime apresenta uma ligeira descida se comparado com os primeiros meses de 2019 onde se registaram 246 crimes, contra os 229 registados em 2020. Referiu que não quer dizer que o crime de violência doméstica tenha aumentado, mas a denúncia sim, essa aumentou. Apesar da ligeira descida a PSP, nomeadamente a Divisão Policial de Cascais, continua a apostar na melhoria de resposta ao nível deste tipo de crime, tornando esta mais célere a fim de no mais curto espaço de tempo os respetivos processos serem submetidos às autoridades judiciárias para aplicação das medidas de coação e penas adequadas de forma a proteger a vítima. Referiu que a equipa da Divisão de Cascais, dedicada a este tipo de crime, continua empenhada e dedicada a continuar a apresentar resultados bastante gratificantes, ou seja, assim continuou a verificar ao longo dos meses uma melhoria na resposta de saída de processos com 356 entradas e 349 saídas, sendo essas saídas em que os elementos da equipa estiveram empenhados em ações de sensibilização e fiscalização das medidas de emergência impostas pelas RCM, e nas verificações dos confinamentos. Referiu que se verificou também uma excelente resposta ao nº de detenções resultantes dos processos de investigação por violência doméstica, num total de 33, das quais resultaram 9 prisões preventivas e 24 medidas de afastamento, ou seja, mencionou que este trabalho também tem aqui a dedicação e empenho do Ministério Público, a quem agradeceu na pessoa da Sra. Procuradora Coordenadora, Dra. Luísa Sobral, a qual tem facilitado o trabalho da PSP para obtenção deste tipo de resultados.

Relativamente ao total de 254 detenções ao longo de 2020, também tem acompanhado a tendência da queda da criminalidade, comparando com as 514 registadas em 2019.

Passou de imediato aos dados referentes aos acidentes rodoviários, referindo que se poderia verificar uma descida significativa ao longo dos 8 meses analisados com 727 acidentes rodoviários, comparando com os 1082 do período homólogo. Mencionou de seguida as consequências desses acidentes em nº de feridos leves, que também se verificou uma descida nos períodos comparados à exceção do mês de FEV2020 com 38 feridos, mês este que registou uma pequena subida comparado com o mesmo mês de 2019, onde houve 32 feridos. Quanto aos feridos graves verificou-se igualmente uma descida nos 8 meses de avaliação com 5 feridos, comparado com os 13 de igual período de 2019. Referindo-se ao nº de mortos, em 2019 registaram-se 3, enquanto em 2020 foram registados 2, um morto em JUN2020 e outro em SET2020 na Estrada Marginal, frisou que todos mortos registados pela PSP relativamente a acidentes têm sido na Marginal.

Referiu que relativamente à fiscalização das medidas no âmbito do COVID-19, referentes às RCM, a PSP ao longo deste período de tempo, ou seja entre 12MAR2020 e 31AGO2020, desenvolveu 1012 ações de fiscalização empregando 2621 agentes, tendo fiscalizado 48393 viaturas, e abordado 29592 cidadãos, foram ainda verificados 4240 cidadãos em confinamento, e elaborados 71 autos de contraordenação. Mencionou ainda que importava referir também que relativamente às ações desenvolvidas durante o período balnear (entre

15MAI e 31AGO2020), o chamado "Verão Seguro", com um reforço de policiamento nas áreas balneares através do Comando Metropolitano de Lisboa, onde se destacou também o empenho da Divisão de Segurança a Transportes Públicos e da Divisão de Trânsito, nas suas ações de fiscalização nas suas respetivas valências. Assim durante o período mencionado foram desenvolvidas 22 ações de fiscalização, com 450 polícias envolvidos, abordados 532 cidadãos, tendo sido efetuadas 9 detenções, foram ainda apreendidas 31 facas, sendo que algumas delas eram armas brancas, e feitas depois as respetivas detenções por posse ilegal de arma, e levantados 26 autos de contraordenação.

Quanto às ações desenvolvidas pela PSP, referiu que continuam com as ações de fiscalização a estabelecimentos comerciais, junto dos estabelecimentos de ensino, assim como nos transportes públicos, bem como com a verificação de cidadãos em confinamento. Deste modo o Comando Metropolitano de Lisboa e particularmente a Divisão Policial de Cascais em conjunto com a Divisão de Segurança a Transportes Públicos e a Divisão de Trânsito, é que têm a responsabilidade na fiscalização no município de Cascais, explicou o Sr. Intendente Reinaldo dos Santos, e como tal disse que continuaram a desenvolver a missão que lhes é destinada de forma a garantir a segurança dos munícipes e de todos os cidadãos que visitem Cascais, mas conscientes de que nem sempre correrá tão bem como desejado.

Finalizou a sua apresentação, dizendo que a PSP está sempre disponível para colaborar com qualquer entidade de forma a encontrar as melhores soluções para as situações com que se deparam, nomeadamente aquelas que tenham a ver com a segurança pública, e com os meios que têm ao dispor continuaram a fazer o seu melhor sempre. Agradeceu aos presentes.

O Sr. Presidente agradeceu a apresentação, convidando a Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP, na pessoa do Sr. Intendente Jerónimo Sanches Torrado, o mesmo referiu que não iria proceder à mesma. Tendo o Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança passado de imediato a palavra ao SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Inspetora Coordenadora Rute Esteves -
Cumprimentando todos os presentes deu início à sua apresentação com o agradecimento à colaboração que o Município tem prestado ao SEF, que para uma força e serviço de segurança com uma área muito abrangente e com algumas dificuldades em termos de meios essa colaboração é boa e tem sido muita. Agradeceu também a colaboração de todas as Forças de Segurança que estavam presentes no Conselho Municipal de Segurança, referindo que com o reforço de estagiários no final do verão, fizeram mais ações de fiscalização e como tal tiveram que solicitar o apoio das forças de segurança, as quais foram muito positivas.

Quanto à apresentação, referiu que iria falar sobre os índices de criminalidade, associada a cidadãos estrangeiros, e às permanências ilegais, passando depois a palavra ao Sr. Inspetor Chefe Luís Oliveira Martins que iria falar sobre a atividade operacional e por fim voltará a Sra. Inspetora Coordenadora para apresentar os planos de atuação do SEF.

Referiu que este momento se verificam um total de 30328 residentes estrangeiros no concelho de Cascais, e como o Sr. Presidente disse há pouco somos todos cascalenses, mas há uma parte significativa dos cascalenses que são cidadãos estrangeiros, mencionou que agora talvez sejam um pouco mais, porque todos os dias, e explicou que o SEF não tem só a parte operacional, tem também a seu cargo a parte da documentação, onde os estrangeiros têm oportunidade de se legalizar e todos os dias chegam pedidos novos de legalização. Frisou que os estrangeiros que vêm a Cascais para solicitar a legalização, não são só de Cascais, são de outros municípios, aliás são de todo o país. Mostrou então as nacionalidades mais representadas em Cascais, referindo que dos chamados países terceiros os cidadãos oriundos do Brasil são 9260, passando para a Europa, o Reino Unido com 2033 cidadãos, depois Itália

com 1867, a França tem em Cascais 1293 cidadãos residentes, depois segue-se a Roménia com 1150, e por fim a Espanha com 1072. Relativamente aos índices de criminalidade, referiu que houve um ligeiro aumento de situações de falsificação de documentos e de todas as situações que andam ali à volta e que entroncam em situações de permanência irregular, que não é um crime, mas a falsificação de documentos, os estrangeiros e a permanência irregular são coisas que nunca podem ser vistas em separado, explicou, porque existem sempre situações menos dúbias, referiu que há pessoas com ideias brilhantes, e mencionou que todos estivemos confinados e nesse período de tempo houve quem estivesse confinado com ideias para o bem, e quem estivesse confinado com ideias para coisas menos boas, mas no entanto tiveram os seus clientes e as suas vendas, e esses clientes são os mesmos que o SEF depois fiscaliza. Tendo já o SEF se deparado, em sede de atendimento com algumas situações brilhantes de passaportes da Guiné com o mesmo traço que convém explorar. Mencionou que iria então passar a palavra ao Sr. **Inspetor Chefe Luís Oliveira Martins** para dar conhecimento dos dados estatísticos e operacionais do SEF, iniciou de imediato a sua apresentação referindo os dados das ações de fiscalização, as quais tem vindo a aumentar, embora em ABR2020 tivessem sido realizadas apenas 3ações, mas a partir de JUN2020 houve um aumento dessas ações, e em AGO2020 com reforço de estagiários que estão a desempenhar o exercício tutelado de funções que tem permitido ao SEF implementar ações de fiscalização, assim foram feitas 120 ações até JUN2020, e de 30AGO2020 até à data já foram realizadas cerca de 328 ações, o que fez um total de 451 ações de fiscalização.

Mencionou que tentam equacionar as ações que são intentadas apenas pelo SEF, e que permitiu o reforço de elementos também para desempenhar algumas ações e que foram 227 e conjuntas com outros OPC'S foram 224 tanto com o Destacamento de Sintra da GNR, mais propriamente o Subdestacamento de Alcabideche, e também com a PSP, nomeadamente a Divisão de Segurança a Transportes Públicos. Relativamente aos resultados, referiu que foram identificados 744 cidadãos estrangeiros, destes e daí na perspetiva do SEF, haver um ligeiro aumento em termos de cidadãos ilegais, foram 246 o que foi 1/3 dos cidadãos identificados que se encontravam em situação ilegal ou irregular, destas identificações resultaram 3 situações de detenção no âmbito da Lei dos estrangeiros que é a ilegalidade, mas de facto aumentou a criminalidade associada, fazendo 9 detenções, 8 das quais por falsificação de documentos e a outra por resistência e coação sob funcionário e injurias.

Referiu que entre JAN2020 foram registados também no seguimento das ilegalidades 44 processos de afastamento coercivo, contra 59 em 2019, estes processos resultam diretamente na deteção de cidadãos ilegais. Já foram efetuadas 43 escoltas nacionais, quando em 2019 se tinham efetuado 63, mencionou que estes números não representam o nº de afastados em processos coercivos, que foram 2. Todos os outros foram processos de expulsão judicial num total de 50, contra 49 em 2019, foram feitas também 2 escoltas internacionais, quando em 2019 foram feitas 3.

Passou então a apresentar os dados referentes aos dois postos de fronteira que o SEF tem na área de Cascais, referiu que tem um posto de fronteira marítimo e um posto de fronteira aéreo, que é o Aeródromo de Cascais. Assim, os resultados derivados à conjuntura que se atravessa, e que diz respeito à pandemia, verifica-se um decréscimo desses valores no que diz respeito ao mesmo período do ano passado, assim em termos de passageiros nas chegadas em 2019 houve cerca de 1050, e em 2020 cerca de 490 passageiros. Relativamente às partidas em 2019 houve 878 passageiros e em 2020 houve 346, no que se refere aos voos em termos de chegadas em 2019 foram 412 e em 2020 apenas 188, relativamente a partidas o nº de voos foram em 2019 de 348, e em 2020 os voos baixaram para 167. Quanto à Marina de Cascais que de facto é um posto de fronteira e a situação é praticamente igual ao que se tem verificado, referiu que houve também um decréscimo sendo que no que diz respeito à concessão de vistos de curta duração o nº em 2020 aumentou para 21, contra os 12 de 2019, mas explicou que está justificado uma vez que muitas das tripulações que chegam a Cascais, são aqui rendidas por outras que aqui chegam sem o visto para entrar em Portugal e neste caso na União Europeia o que obriga à emissão de visto. Devolveu assim a palavra à **Sra. Inspetora**

Coordenadora Rute Esteves que terminou com o ultimo ponto, referindo os planos de atuação do SEF e o que propõem fazer e continuar a fazer que é a realização de operações próprias nas diversas vertentes, uma vez que é muito importante o SEF mostrar-se para as pessoas saberem que as autoridades estão atentas, explicou que foi muito este tipo de ações que fizeram com os estagiários, dando o exemplo da Rua Direita. Mencionou que querem fazer este tipo de ações com todos os parceiros que têm respondido muito positivamente às solicitações do SEF uma vez que há situações em que não podem de todo fazê-lo sozinhos, referindo que cada vez mais precisam uns dos outros para trabalhar, e como são poucos têm sempre que apostar na análise de risco e ver o que é que é melhor e qual a melhor altura, que tipo de meios devem utilizar. Disse que o SEF tem muitos locais onde vai buscar informação e com essa informação têm que sustentar sua a atividade operacional e é isso que o SEF se propõe fazer no futuro.

Por último lembrou o desafio que tinha lançado no último Conselho Municipal de Segurança, uma vez que considera uma mais-valia para todos os presentes e para o concelho, que era criar um fórum operacional interinstitucional onde estariam presentes todas as Forças de Segurança e Serviço de Segurança Social e demais Entidades que se considere importante, a periodicidade da reunião poderia ser mensal. Frisou tratar-se apenas de uma proposta. Referiu que o anfitrião dessa reunião poderia ser a Câmara Municipal de Cascais ou poderia ser em rotatividade entre diferentes OPC'S, onde estariam todos presentes, e a principal função seria planear em conjunto, o que no final iria otimizar a atividade operacional porque todos têm mensalmente e de acordo com as informações recebidas internamente a possibilidade de ir buscar coisas nos diversos setores, e assim sentados a uma mesa poderiam partilhar informação e avançar de forma mais profícua do que individualmente. Agradeceu a presença e terminou a sua apresentação.

Após o término da apresentação, o Sr. Presidente do Conselho Municipal de Cascais agradeceu e referiu que era uma proposta que tinha para fazer ao Conselho Municipal e que está previsto no Regulamento, nomeadamente no artº 6º e que se chama Conselho Restrito e que é realizado por convocatória do Presidente da Câmara Municipal, referiu que não ia propor porque já estava previsto no Regulamento, mas iria passar a haver essas reuniões se todos estivessem de acordo. Convidando de seguida a Divisão de Policia Municipal, que não sendo uma Força de Segurança e estando a jogar em casa e mantendo o bom exemplo das outras apresentações e ser sucinto.

Sr. Chefe da Divisão da Policia Municipal de Cascais, Dr. Rui Martins, deu início à sua apresentação cumprimentando todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente fazendo uma breve referência ao organograma do Departamento de Policia Municipal e Fiscalização, onde destacou a Divisão de Policia que conta atualmente com uma Unidade de Operações e Informações, uma Unidade de Policia Ambiental, Setor Operacional Permanente e o Setor de Transito. Relativamente aos Recursos Humanos ao dispor da Policia Municipal tem 43 homens e 20 mulheres dos quais 24 agentes de segunda classe, 19 agentes de primeira classe, 11 agentes graduados e 9 graduados principais. Quanto aos meios a dispor a Policia Municipal de Cascais dispõe de 8 carros de patrulha urbana, 3 veículos 4WD para patrulha fora de estrada, 8 motociclos de patrulha, um posto móvel de trânsito, 6 bicicletas de patrulha, 3 reboques e 1 veículo de apoio operacional. Referiu as detenções efetuadas pela Policia Municipal desde 2011 fazendo referencia para a condução sob o efeito de álcool que atingiram quase as 300 detenções e a condução sem habilitação legal para conduzir, ultrapassou as 100, referindo-se ainda às detenções nos últimos 2 anos, acrescentando que nos primeiros 9 meses houve um acentuado decréscimo com exceção para o mês de janeiro de 2020 com 15 detenções contra 9 em período homólogo. Verificou-se aqui uma redução de 41% devido à pandemia, mas não

só, também a outros fatores exógenos à Polícia Municipal que levaram à redução dos níveis de proatividade. Também se constatou uma redução global de 39% no número de autuações, sendo essa redução muito mais acentuada nas autuações diretas com menos 56%, em 2019 foram levantados 2083 autos contra 909 em 2020 do que nos autos indiretos com menos 34%, ou seja, em 2019 houve 7616 e em 2020, 5011. As contraordenações ao abrigo do Regime Geral das Contraordenações também com acentuado decréscimo na ordem de 68%, isto é, em 2019 foram levantados 2335 autos e em 2020 apenas 752, efetuaram-se também a fiscalização das Resoluções do Conselho de Ministros em contexto de Pandemia, no qual foram elaborados autos de contraordenação desde o consumo ilegal de álcool (cerca de 100), distanciamento social (cerca de 10), horário de funcionamento (cerca de 20) e falta de uso de máscara (cerca de 10). Termina a sua apresentação com imagens de forte carga emocional duma procissão noturna em tempos de confinamento e de uma supressão de faixa na Avenida Marginal onde o mar ameaçava galgar e colocar em perigo os utentes da mesma.

O Sr. Presidente agradeceu a todos pelas suas apresentações e abriu um período de debate:

Tomou então a palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mota Soares**, começou por cumprimentar todos os presentes, dando início à sua intervenção com 3 notas muito breves: Como primeira nota, referiu ser para ele muito importante, como Presidente da Assembleia Municipal mas acima de tudo como Cascalense, vir a este Conselho Municipal e verificar duas coisas: A primeira que todos os serviços e forças de segurança sem exceção elogiaram a colaboração que receberam por parte da Câmara Municipal e a colaboração que receberam até do ponto de vista dos meios não sendo uma competência duma Câmara Municipal mas todos sabem que infelizmente não é de hoje, mas à muito tempo a esta parte as forças e os serviços de segurança tem enormes dificuldades relativamente aos seus recursos, quer Recursos Humanos quer recursos físicos e por isso mesmo tem que ser a Câmara Municipal a perceber e a entender o tema da segurança e a tentar ajudar as forças e serviços de segurança, o que é muito importante. Tal como é muito importante a colaboração e a rede que tem que ser criada entre estes serviços e as forças de segurança que estão a operar em Cascais, todos eles elogiaram bastante esse reforço e essa rede. Referiu ainda que a criação do Conselho restrito poderá ajudar ainda mais a reforçar a lógica do trabalho em rede. Quando se vê o Comandante do Porto e os Recursos Humanos que tem e a extensão regional que tem para cobrir percebe-se perfeitamente que se não tiver colaboração de outras forças de segurança e de outros serviços, o seu trabalho é muito mais difícil, nesse sentido também a ação/qualidade é menor. Em segunda nota, refere a perceção da segurança por uma grande parte da comunidade de Cascais. Os números este ano são atípicos, estamos a viver tempos de pandemia com menos pessoas na rua, menos acidentes, por razões óbvias. No entanto, manifesta preocupação porque sempre que ocorre crimes com maior visibilidade ou mais violentos geram sempre do ponto de vista das comunidades um sentimento de insegurança que não é positivo, acima de tudo num Concelho como Cascais que se orgulha da qualidade de vida que dá, quer aos seus habitantes, quer a quem o visita, posto isto remete para a 3.ª nota, referindo a vídeo-proteção apesar de saber que não é uma competência da Câmara (nas últimas decisões a Comissão Nacional de Proteção de Dados ainda retirou mais esta competência às Câmaras Municipais), é um processo que tem que ser feito acima de tudo também pela PSP e era importante perceber-se o empenho da PSP em matéria como esta porque estas são muito relevantes, não só para ajudar a combater os fenómenos criminais



mas acima de tudo para garantir às pessoas de Cascais, a quem cá está e a quem nos visita, essa verdadeira sensação de segurança, sendo também esta a tarefa de todos os membros deste Conselho ajudarem a transmitir essa perceção positiva de segurança mas acima de tudo pedir-se às autoridades que possam efetivamente dotar dos meios legais que hoje já existem para se garantir a segurança dos cidadãos em Cascais.

O Sr. Presidente passou a palavra ao **Sr. Dr. Pedro Morais Soares, Presidente da União de Freguesias de Cascais e Estoril**, tendo o mesmo cumprimentado os presentes e agradecendo as apresentações feitas pelas forças de segurança, referindo que se registou uma diminuição como foi dito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal do número de incidências de criminalidade, mas o sentimento de insegurança tem nos últimos tempos, maioritariamente sobre a população de Cascais, aumentado significativamente e quis deixar uma nota a qual dizia respeito aos mais idosos e que são os mais desprotegidos e mais ainda nesta altura de confinamento. Mencionou que os dados apresentados nomeadamente no que se refere às burlas contra idosos e outro tipo de crimes merecem uma preocupação acrescida, daí a preocupação manifestada e a necessidade de deixar esta nota para o reforço na proteção aos idosos os quais são a população mais desprotegia, referindo que o "programa idoso em segurança" merecia um reforço de patrulhamento junto dessa mesma população, patrulhamento de proximidade, em virtude de muitos desses idosos estarem confinados e se sentirem inseguros e com muito medo por tudo o que tem vindo a público. Mencionou ainda que seria benéfico o reforço de patrulhamento de proximidade nas localidades onde há maior afluxo de pessoas para que as forças de segurança se tornem mais visíveis, sendo uma das manifestações apresentadas neste conselho e que se referiu à concentração de jovens principalmente na orla marítima, vulgo praias, e isso deu resultados, se se verificarem as incidências dos meses de MAI-JUN-JUL-AGO-2020, este último já aumentou significativamente, uma vez que o afluxo às praias também já era muito maior, mencionou que uma vez que a época balnear está a terminar, vai fazer certamente com que os jovens se afastem das praias. Deixou ainda outra nota referente ao reforço do patrulhamento não só junto das praias e paredão, mas também junto das estações de comboios, mencionando quatro ou cinco pontos de preocupação na área de sua freguesia, nomeadamente no centro de Cascais, mais propriamente junto à estação de Cascais, junto à Baía e também outra zona preocupante na zona do Estoril e na praia da Azarujinha. Agradeceu terminando a sua apresentação.

O Presidente do Conselho, passou de imediato a palavra ao **Professor Carlos Pires, representante dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Cascais**, o qual cumprimentou os presente tendo referindo que na sua intervenção pretendia fazer um pedido às forças de segurança, porque as escolas adotaram os planos de contingência em que com a colaboração da Câmara Municipal conseguiram equipar as escolas com os equipamentos de proteção para todos os elementos da comunidade educativa e os alunos com o regresso em massa à escola a partir de 15SET2020 cumprem as normas dentro da escola, mas quando saem, principalmente á hora de almoço ou ao final da tarde verifica-se que os mesmos ficam em grupos no exterior da escola, apesar de todos usarem máscara no interior as instalações, quando vêm para o exterior retiram-na e verificam-se alguns ajuntamentos que não são nada benéficos para a saúde pública. Porquê?, porque basta haver uma situação de um aluno em

que se detete COVID-19 num aluno e essa turma fica em casa ou pode mesmo ser que se a escola for de dimensão reduzida todos os elementos tenham de ficar em isolamento, referiu ainda que se os alunos forem de tenra idade tem de haver o acompanhamento de um adulto e pode provocar outros constrangimentos a nível social e económico. Apelou assim às forças de segurança, tanto à PSP, com à GNR, para que nos tempos da hora de almoço e final de tarde tivessem uma presença mais assídua junto das escolas. Terminou a sua intervenção agradecendo a disponibilidade.

O Presidente agradeceu a intervenção e referiu que tem visitado muitas escola, e nomeadamente nesses períodos em algumas delas o que se tem que chamar a atenção é dos pais, frisando em alguns estabelecimentos de ensino, tinham pior comportamento que os próprios jovens e todos é preciso ter a perceção que de facto estamos todos, e as forças de segurança não ficam fora disto, estamos todos a ter trabalho suplementar de muito maior intensidade, referindo que neste contexto tem de caber às escolas, aos pais este tipo de sensibilização, referindo ainda que do que conhece do concelho e conhece relativamente bem é impossível ter as forças de segurança nas escolas durante os intervalos, não valendo a pena ter ilusões sobre esse assunto, mencionando que fala sobre este assunto, uma vez que a sua filha mais nova ainda frequenta a escola e já teve de intervir em situações idênticas. Referiu ainda que se as associações de pais, falarem com os seus associados já resolveria uma parte substancial do problema.

Passou de imediato a palavra à **Sra. Procuradora Coordenadora do Ministério Público Dra. Luísa Verdasca Sobral**, que iniciou a sua apresentação cumprimentando todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente, referindo que não podia deixar de fazer a presente intervenção uma vez que o presente fórum municipal, e referiu ainda que tem participado em todos os fóruns municipais das câmaras que pertencem à Comarca de Lisboa Oeste, e tem que ser visto de forma integrada, porque a Câmara Municipal de Cascais, o Município de Cascais integra a Comarca de Lisboa Oeste, perguntado o que é a Comarca de Lisboa Oeste, explicou que a esta é o barómetro de referência a nível nacional, representando mais de % da população nacional. Integrando os municípios de Sintra, Cascais, Amadora, Mafra e Oeiras, e o que isto representa em termos de criminalidade, em termos de insegurança, em termos de características urbanas, suburbanas, rurais e também de dimensão processual, bem como a litigância e a complexidade de tudo o que surge nestes municípios.

Mencionou, assim que o Tribunal de Cascais tem uma particularidade relativamente a outros municípios que participam, é que tem uma abrangência em todas as áreas de intervenção e ao falar de insegurança ou de criminalidade, refere que todas as realidades são transversais a todas as áreas de intervenção do tribunal, estamos a falar da área penal, como da área da civil, como da área da família e menores, como da área de comércio ou de trabalho. Referiu assim que todas as dinâmicas atrás referidas são vistas de uma forma integrada, inter e multidisciplinar e com uma abrangência importantíssima na intervenção das OPCS e das Câmaras Municipais. Mencionou que não podia deixar de referir a particular colaboração e o reconhecimento público à forma como desde que exerce as funções de Procuradora de Coordenadora do Ministério Público, tem tido quer da parte da Policia Judiciária, quer da parte da PSP, quer da parte de GNR e de outras entidades. Mencionou que o reforço de

operacionalidade dos OPCS e dos órgãos de segurança e também das entidades administrativas como as Polícias Municipais têm uma vertente de intervenção em vários polos, sendo a principal a proteção das vítimas, a avaliação das questões que neste momento são uma prioridade de política criminal, nos casos de violência doméstica e violência do género também a avaliação da liberdade da auto determinação sexual, referiu haver índices de criminalidade sexual extremamente elevados na Comarca, mencionou ainda a questão da proteção dos idosos e das pessoas especialmente vulneráveis, sendo uma preocupação cada vez mais crescente, em virtude da população estar com idade avançada e exigir um cuidado mais acrescido, até mesmo pelas condições em que o acompanhamento e proteção a este tipo de vítimas exige. Referiu ainda um outro fenómeno preocupante que é a violência grupal, havendo índices preocupantes deste tipo de violência no concelho de Cascais, mas também preocupa o Ministério Público a violência individual, tendo sido desencadeadas recentemente várias intervenções com a PSP, e com a Polícia judiciária, parceiro importante neste processo. Mencionou que outro crime preocupante é o trafico de estupefacientes e a detenção de armas de fogo, o qual também esta sinalizado como um fator em crescendo. Assim como a violência contra os agentes de autoridade, outro fator preocupante, embora todos os processos em que estão envolvidos agentes de autoridade, seja como ofendidos, seja como arguidos, foi estabelecido como regra que são os mesmos sinalizados que quando entram com uma queixa, para se poder perceber o que ali está e como se pode atuar. Porque são OPC'S, ou são outras entidades administrativas com competências de policiamento que tem responsabilidades e têm de ser sinalizadas aquando da sua denuncia, quer seja como ofendidos ou como arguidos. Frisou que outra questão que preocupa o Ministério Público é a negligencia médica e os crimes de atividade económico-financeira, aliada a outro fenómeno, que é a cibercriminalidade, que se verifica na Comarca e obviamente abrange o Município de Cascais.

Referiu que durante este período de emergência, calamidade, confinamento, contingência, estado de alerta, todos eles deram origem a um manancial de produção legislativa ao qual todos nos tivemos de adaptar e que foi enorme e que exigiu por parte do Ministério Público uma intervenção muito próxima de emissão de várias orientações, deliberações e estratégias de atuação, referiu que como todos os presentes sabem os tribunais estiveram encerrados durante um período, sem atividade, como muitas outras atividades, o que exigiu que determinadas áreas de intervenção com natureza urgente tivessem de ser cuidadas, porque detidos existem, vítimas ocorrem e teve de haver aqui um tratamento vocacionado para estas intervenções onde estão os direitos fundamentais. Os tribunais da Comarca e no concreto em Cascais, houve piquetes de intervenção que garantiram uma resposta a esses fenómenos em período de calamidade, emergência. A Sra. Procuradora Coordenadora agradeceu à Câmara, assim como reconheceu a forma como tem tido um dialogo de proximidade e de abertura em áreas estratégicas, sendo a primeira a reafectação em 2018 com a continuação da morgue do cemitério da Guia de Cascais, com a realização de autópsias médico-legais, referiu que pode parecer pouco mas foi um salto quantitativo na resposta, que até à data trazia acrescidos problemas com a questão do transporte de cadáveres no âmbito de fenómenos criminais, mortes violentas ou por causa desconhecida, este é um fator muito importante realçou ainda que em período de confinamento pela forte necessidade de resposta de autopsias na sequencia do numero acrescido de mortes por COVID-19, teve de se alargar a capacidade de resposta da morgue no sentido de incluir todas as autópsias vindas do município de Oeiras, embora não seja possível incluir todas as da Comarca, apesar deste cemitério ter condições muito adequadas frisou, não tem capacidade de resposta para um tão elevado numero de autópsias

médico-legais. Mencionou ainda que acompanha com muita atenção a evolução do procedimento construção de um espaço cedido pela Câmara Municipal de Cascais para o futuro Gabinete Médico-legal da Comarca de Lisboa Oeste, fundamental para toda a intervenção criminal que as vítimas, e praticamente toda a criminalidade violenta tem vítimas, isto representa um salto qualitativo, porque de forma surpreendente, das 23 comarcas a de Lisboa Oeste é a única no país que não tem um gabinete destes instalado, apesar de estar criado do ponto de vista legislativo. Assim para o cidadão vítima de crime, que tem de se deslocar a Lisboa, ao Instituto de Medicina Legal para ser examinado do ponto de vista da fixação de dano corporal, dos dias de doença para efeitos de indemnização, no âmbito de um acidente de trabalho, a deslocalização ou deslocação da vítima para Lisboa, quando numa Comarca com esta dimensão não temos uma resposta a dar, assim congratulou a Câmara de Cascais, pelo facto.

Referiu que relativamente ao reforço de intervenção com os OPC'S o mesmo tem vindo sempre em crescendo, e mencionou que quer a Sra. Procuradora Coordenadora quer os Sr. Procuradores do Ministério Público quando são contactados pelos Srs. Comandantes das forças de segurança tem abertura total para responder, procurar respostas. Referiu que ainda que foram dadas no âmbito desta intervenção e do período de contingência, várias orientações particularmente referentes á atuação do crime de desobediência que foi inicialmente um pouco perturbador, como não havia um quadro sancionatório que permitisse inclusão de um crime de desobediência, como é que se poderia atuar em situações de dispersão da população, felizmente houve depois um quadro sancionatório, mas houve ali um hiato em que essa realidade não existia e que exigiu uma intervenção por parte do Ministério Público o dos OPC'S e assim se entendeu. Mencionou ainda outro assunto que exigia uma clarificação o qual tinha a ver com as competências da Policia Municipal neste Município em face de recentes absolvições que ocorreram no Tribunal de Cascais no âmbito da intervenção da fiscalização por crime de condução sob o efeito de álcool. Referiu estar a acompanhar a problemática, mencionou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais sabe perfeitamente, porque referiu é uma problemática que só surgiu neste município, mencionando que tem um relacionamento com as Policias Municipais de todos os outros Municípios e esta questão já foi trabalhada, referiu que está a perceber como é que funciona, e como está. Acrescentou que as absolvições estão a criar algum ruido, precisando-se perceber, analisar e o Ministério Público está de facto a fazê-lo de forma muito rigorosa. Referiu qual é o âmbito das competências próprias e das competências complementares porque a Policia Municipal tem dois tipos de competências: próprias e complementares partilhadas e portanto os pressupostos de cooperação com a PSP ou com os órgãos de policia criminal que trabalham neste município também tem de ser avaliado e perceber como é que a cooperação tem que se operacionalizar de forma mais harmoniosa e mais equilibrada, estes dois acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa que foram publicados na semana passada resultaram de dois recursos interpostos pelo Ministério Público, havendo uma orientação neste sentido, o Ministério Público tem de recorrer e recorreu, e vai recorrer porque não há como perceber o que é a jurisprudência e os órgãos dos tribunais superiores decidem sobre matérias controversas. Disse então que o Tribunal da Relação de Lisboa se tinha pronunciado, mas tinha emitido duas decisões diferentes, mas da leitura desses acórdãos se percebeu serem fundamentações diferentes, são factos de direito e de facto diferentes, e portanto o Ministério Público não se pode precipitar, tem de olhar e proferir uma clarificação, assim referiu que oportunamente o Ministério Público da Comarca de Lisboa Oeste iria preferenciar uma reunião alargada com os intervenientes para eventualmente

estabelecer alguns parâmetros de orientação, ou pelo menos contribuir para a estabilização dessa situação.

Para finalizar a sua intervenção a Sra. Procuradora Coordenadora, Dra. Luísa Sobral deu nota dos índices de criminalidade nesta Comarca e particularmente no Município de Cascais, em 2019 no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa Oeste, teve um movimento processual de 55421 inquéritos criminais, e só no primeiro trimestre de 2020 a Comarca teve um movimento processual de 17452 inquéritos criminais (só entradas), no movimento total foram 327421. No que diz respeito à área do Município de Cascais, no ano de 2019 o DIAP de Cascais teve um movimento de 13118 inquéritos criminais, e no primeiro trimestre de 2020 já atingiu um movimento processual de 8120 inquéritos, referiu estar a falar e de acordo com os dados estatísticos de um valor de cerca de 25% do total de processos da Comarca. Terminou a sua intervenção com uma preocupação referente o facto de estarmos num período de crise económica, num período de desemprego, de precaridade de emprego, de aumento das ações de despejo e processos de insolvência, o que significa que existe todo um clima propício para o aumento da criminalidade, referiu que os fatores de violência interpessoal, violência doméstica, principalmente violência grave, podem aumentar significativamente, portanto apelou aos OPC'S para que houvesse um reforço de maior intervenção de policiamento, referindo o Sr. Capitão da GNR de Sintra, não é repressão, mas é presença, a intervenção, o estar nas áreas de maior perturbação, a presença das forças de segurança, dos OPC'S é fundamental para prevenir e é aí que está a sustentabilidade de maior estabilidade ao nível dos fatores de insegurança e as Câmaras Municipais tem um papel importante, apesar desta tudo ter feito nesse sentido. Agradeceu aos presentes.

O Sr. Presidente agradeceu a intervenção passando então a palavra ao Dr. Hugo Tavares, da ASAE, que iniciou a sua apresentação agradecendo o convite para terem integrado o Conselho Municipal de Segurança, referindo que para ele era um prazer estar ali e poder voltar a uma casa onde já tinha sido muito feliz. Mencionou então que a ASAE estava a empenhada em fazer pontes com outros OPC'S nesta realidade em particular em Cascais e criar as sinergias necessárias para quer em intervenções policiais, quer em reuniões de informações em título de atividades económicas sobretudo nesta fase da pandemia. Referiu que a ASAE, teve de fazer um acompanhamento muito próximo da nossa realidade, em termos de preços de fornecimentos de bens, com o problema da especulação que foi criada, embora tendo uma área de abrangência e atuação muito grande, pode o concelho de Cascais contar sempre com a ASAE, para a resolução de problemas que possam surgir. Agradeceu uma vez mais o convite.

Não havendo mais inscrições o Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança deu 2 notas e que foram as seguintes, a primeira nota foi relativamente à videovigilância, comentou que não foi um fervoroso adepto da mesma mas foi convencido de que era algo importante no apoio ao reforço da segurança no concelho de Cascais, estando no bom caminho, embora demore a concretizar, é que quer da parte da GNR, na freguesia de Alcabideche, quer da parte de PSP no que diz respeito às restantes freguesias, já houve uma estabilidade nos pontos de vigilância, estando agora a evoluir com todo o processo, mas em forte colaboração com a GNR e PSP, embora o processo em si mesmo seja demorado. Na segunda nota foi relativa à questão da pandemia, referindo que a mesma veio criar novos desafios, novas confrontações diárias, por exemplo no caso da Câmara Municipal de Cascais não é de todo normal o facto de nunca ter comprado EPI'S, mas aí por falta de inteligência própria, tendo durante 2 meses a tentar

perceber o que é que era EPI e depois cheguei à conclusão que era uma coisa simples – Equipamento de Proteção Individual, mas já se tinham comprado vários EPI'S, sendo tudo isto um mundo novo para mim, também o é para muitos, referiu. Frisou ainda que a pandemia veio destapar algumas situações, algumas já se conheciam, outras fingiam-se desconhecer e de algumas tentava-se fugir, por um lado a própria organização do Estado, e de facto o caso mais evidente para o Presidente da Câmara, nem sequer tem a ver com questões de segurança, tem a ver com segurança social *versus* saúde, e muito especialmente com a incidência que isso depois tinha nos nossos mais velhos, nos idosos, mas há muitas outras matérias em que a estrutura do estado nunca poderia estar preparada para uma pandemia porque referiu é uma situação felizmente excepcional, mas mostrou várias situações de fragilidade dessa mesma estrutura.

Referiu em 3ª nota, que é o próprio edifício jurídico que não só foi necessário, tal como disse a Sra. Procuradora emitir muitas outras leis, e Portugal não é propriamente um país que tenha défice de leis, houve uma grande capacidade de produção de leis, muitas recomendações, muitas orientações, mencionou que também fomos apanhados em situações novas que precisavam de ser regulamentadas, que nalguns casos criou algumas situações, referindo que estava a mencionar isto para chegar à questão que foi colocada pela Sra. Procuradora e que muito o preocupava em relação às competências complementares da Policia Municipal, de acórdãos que á luz de um leigo como eu, parecem contraditórios mas que por isso, referiu ter solicitado ao Departamento Jurídico da Câmara, para os aprofundar e para poderem orientar, mas em caso de dúvida, e neste caso o Sr. Presidente mencionou, ter dado indicações para que a Policia Municipal suspendesse todas essas competências complementares e muito especialmente aquelas que tinham mais relação com os problemas que entretanto surgiram, quer a nível da monitorização rodoviária, quer a nível muito especial de detetar condutores com álcool. Referiu que estávamos, e em primeiro lugar não queria incumprir com nada que se viesse a manifestar que não estivesse legal, e por outro por considerar que não deveria expor os homens e mulheres que servem na Policia Municipal, a situações que num quadro de enorme incerteza e dúvida acabassem por ser prejudiciais do ponto de vista profissional até para eles próprios, mencionando que não podem funcionar ações de voluntarismo. Frisou que com isto não se pretende de modo algum libertar a própria PSP para outras funções que estão a ser chamados com uma diversidade grande e portanto nesta dúvida a Policia Municipal, enquanto não houver esse enquadramento que nos seja dado da interpretação que é feita, não está em condições de poder fazer essas fiscalizações, essas detenções, porque aquelas que vai fazendo com alguma frequência cria problemas para a própria Policia Municipal e para mim que lidero a Policia Municipal enquanto responsável máximo de Cascais.

Mencionou que noutras matérias que não foram abordadas no Conselho Municipal de Segurança, em termos orçamentais disse que a Câmara está a ter algo com impacto negativo, quer na diminuição de receitas, quer naturalmente no aumento das despesas, informou que de qualquer dos modos não foi travado nenhum investimento, explicando que alguns desses processos de investimento têm uma evolução processual muito demorada, e se fossem travados agora, seria ainda mais demorada, e não se referia apenas à parte da medicina legal da Comarca, referia-se também a variadíssimas áreas que seriam adiados os investimentos uma vez que somos um país que nessas matérias somos um bocadinho complicado, não querendo violar a lei, razão pela qual, por exemplo, e isso é uma boa noticia, foi dado pelo Tribunal de Contas o visto no contrato público internacional de transportes, o que vai permitir



dar mais transportes, mas também vai permitir no âmbito do próprio caderno de encargos ter outras tecnologias associadas dentro do transporte público, o que nalgumas áreas pode facilitar e muito a intervenção das forças de segurança.

Passou então ao ponto 4 da ordem de trabalhos e perguntou se havia algum conselheiro que queria intervir, passando de imediato a palavra à **Sra. Arquiteta Isabel Pinto Gonçalves, representante do CLAS**, que iniciou a sua intervenção referindo a enorme preocupação quer em termos do que a Câmara Municipal disponibiliza, quer em termos do que a própria Rede Social, relativamente a esta panóplia de coisas novas que são os EPI'S, as desinfecções, as testagens, e efetivamente quer nos lares para pessoas idosas, quer nos lares residenciais de pessoas com deficiência, quer numa quantidade de outras estruturas, assim como no arranque as creches, com todo o apoio que a Câmara deu, em finais de maio e início de junho, a todas as creches que quiseram e conseguiram reabrir, mesmo que muitas a 50% em termos de crianças, referiu que tem sido nestes 9 meses. Mencionou que para além do trabalho da Rede Social, do planeamento, do desenvolvimento social do concelho de Cascais, toda uma novidade e quantidade de ações têm sido programadas com caráter regular, periódico, mensal, às vezes até semanal desde o dia 16MAR2020 e por isso referiu também aqui existe uma área nova na forma como tudo tem a ver com as testagens e o fazer chegar à autoridade de saúde, e o haver uma quantidade de mecanismos e articulações com serviços internos da Câmara Municipal e parceiros sociais e de saúde. Terminou a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente do Conselho.

O Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança deu de imediato a palavra à **Dra. Anabela Barata, representante da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo**, que na pessoa do Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes, referindo que não podia deixar de agradecer a participação que a Câmara Municipal de Cascais tem tido nas questões da saúde, mencionou ser verdade o que o Sr. Presidente disse relativamente às dificuldades, nomeadamente no relacionamento com a Segurança Social, uma vez que há uma barreira muito difícil. Designadamente ao falar de EPI'S, portanto fala-se de lares, rede de cuidados, etc., ou seja toda esta questão de gestão dos lares de facto é uma questão da segurança social, questão da saúde só entra quando existe um caso positivo, ou um caso suspeito, mencionou que a Câmara Municipal de Cascais, nesse aspeto tem ajudado em tudo, inclusive com a questão do Centro de Teste do Estoril, que foi muitíssimo importante, não querendo a ARS deixar de sinalizar, e para além disso todo o apoio que sempre deu quer nos cuidados primários, quer no ambiente hospitalar que o concelho tem. Referiu também por isso quer agradecer às forças de segurança todo o apoio que têm dado na questão da monitorização dos utentes que têm de ficar em isolamento, reforçando assim tudo o que já tinha sido dito anteriormente, como o trabalho em rede ser cada vez mais importante, frisando que se havia coisa que esta pandemia tinha trazido foi dar-nos a todos a consciência (a quem não a tinha), de que o trabalho em rede era fundamental e nenhuma instituição por si só consegue obter resultados transcendentais. Terminou a sua intervenção agradecendo a todos mais uma vez.

O Sr. Presidente referiu que a Câmara Municipal de Cascais, tem previsto manter todos os apoios que tem sido possível fornecer, sejam da sua competência ou não sejam, e no caso dos

lares que abordou, sejam eles públicos ou privados, o mesmo para as escolas, não havendo nenhum dogma ideológico sobre essa matéria e no caso dos lares, referiu ainda que sejam os mesmos legais ou ilegais, porque o que está em causa é o foco no utente, e a Câmara de Cascais manterá isso. Sendo isso válido para todos os presentes, e organizações, e instituições que representem, frisou que isso a Câmara Municipal de Cascais iria manter estando disponível para havendo outras necessidades que se possam colocar, até porque já se beneficiou durante este período e já se aprendeu alguma coisa com a própria pandemia, se houverem situações novas que se veja que é possível ou aconselhável a Câmara ter uma intervenção, porque o foco neste momento é de facto o combate à pandemia, para que não hajam dúvidas sobre isso. Mencionou que as outras duas pandemias não vão desaparecer tão cedo, senão se atacar a pandemia sanitária. Reforçou que se tem de atacar a pandemia sanitária, para depois se estar em condições de fazer a recuperação quer económica, quer do ponto de vista social.

Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança, referiu ter colocado na ordem de trabalhos o ponto 5, o qual refere o *aconselhamento aos Órgãos do Município sobre como combater a perceção de aumento da insegurança nalgumas zonas do Concelho*, e mencionou ter colocado este ponto, como tinha referido na abertura e que se veio posteriormente a confirmar pelos dados que foram apresentados, de facto os índices de segurança não desceram e até apresentam alguma melhoria, mas a nível da perceção (referiu que tem essa perceção, fazem-lha chegar), de familiares, amigos, de munícipes que o abordam com essa questão, de facto há uma perceção de maior insegurança e isso a instalar-se é um fator de não desenvolvimento para o Concelho e por isso, referiu temos que ver como a combater. Mencionou que isso passa muitas vezes por se estar mais organizado, por se estar em rede, daí já estar previsto no Regulamento o próprio Conselho Restrito, que diz que é convocado pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascais, aponta para uma regularidade de se reunir de 3 em 3 meses, já que o Conselho Municipal se reúne, por Lei pelo menos 2 vezes por ano, e enquanto Presidente da Câmara, estava a pensar reunir, mas com outra periodicidade, se assim o entenderem, e portanto nesta primeira fase, vamos passar a reunir uma vez por mês, que é para podermos fazer isso.

Mencionou que a outra situação de combate a esta perceção de insegurança errada em relação á realidade, e como é que ela poderia ser combatida, tinha que ver com mais comunicação, e a Câmara normalmente, não tem e não quer estar a intervir nestas áreas e estar a substituir-se às próprias forças de segurança. Referiu que houve o caso do SEF que pediu e a Câmara fez chegar, e os mesmos ficaram sob orientação do SEF, elementos da área de comunicação da Câmara para que se pudesse divulgar certo tipo de matérias e aqui há uma comunicação, que tem que ser feita. Enquanto Presidente de Câmara, referiu que tem um dever que é prestar essas contas aos munícipes de Cascais, mas não quer fazer invasões em relação às próprias forças de segurança ou aos tipos de comunicações que as mesmas fazem, deixou no entanto um convite, referiu que a Câmara Municipal está completamente disponível para isso, normalmente esse tipo de comunicação não é o tipo de comunicação que seja simpática, porque se está a contradizer aquilo que o cidadão tem percecionado, mas já se passaram fases dessas também aqui no concelho, referindo que há uns anos atrás havia uma perceção de que este concelho parecia o faroeste, quando se sabia e havia dados reais que assim não acontecia

tendo sido necessário fazer toda uma campanha para desmontar essa percepção errada que existia e portanto levou-se a mesma por diante. Frisou que agora não deixará também de o tentar fazer, mas se as forças de segurança ali presentes o conseguirem colocar, porque obviamente e se está a ver uma situação que tem a ver com um crime violento, tão violento que levou à morte de um dos cidadãos, as "parangonas" que isso deu na altura, e depois quando veio a notícia já não foi uma notícia positiva porque o cidadão não ressuscita, mas foram apanhados os suspeitos de terem cometido esse mesmo crime. Referiu que se pode (e cabe também às forças de segurança), e nos dias de hoje as polícias também têm área de comunicação importantes passar essa comunicação até para travar eventuais cidadãos que tenham ideias de ir fazer o mesmo. Mencionou que se no concelho o próprio crime é um negócio e como qualquer negócio tem oportunidade e tem riscos, se tiverem mais riscos que oportunidades, obviamente não é um território bom para fazer negócio, se for o contrário, muitas oportunidades e pouco risco é um negócio altamente rentável. Referiu portanto que tudo o seja de facto criar condições em cooperação para dar cabo desse negócio é positivo, é algo que se pode fazer e isso tem que se fazer nas várias frentes como disse no início não é só um problema de segurança é também um problema que passa para áreas em que a Câmara Municipal de Cascais tem responsabilidades, quer no apoio social, falou-se no desemprego, convém começarem a ter uma percepção que não é só uma questão de desemprego, é uma questão de quebra de rendimentos, porque muitos dos cidadãos do concelho e aqui no concelho estamos com um nível de fome superior àquele que tivemos na última crise económica e social com o pico em 2011, explicou, mas de facto os cidadãos estão com menos rendimentos ou porque ficaram desempregados, ou porque muitos assentavam numa economia informal que não estava protegida, e portanto nessas situações ficaram completamente desprotegidos, porque os seus negócios quebraram de forma significativa, muito especialmente a pequena empresa, ou porque tão só entraram em situações de *lay-off* que lhes retirou o rendimento de uma situação em que já estavam com o nariz na linha de água. E Esta tem sido uma preocupação da Câmara Municipal de Cascais, mencionou nunca ter visitado tanto bairro social como tem visitado agora, nem nunca ter envolvido tanto as comunidades desses bairros, como agora, e isto vai ser um fator que se vai colocar pela frente e tudo isto tem de ficar mais alinhado, porque há cada vez mais a necessidade de funcionar em rede, e é nisso que se está a apostar, é para isso que estamos disponíveis respeitando naturalmente, claramente as áreas de competências técnicas e competências legais de cada um, por de facto é matéria onde não gostamos de todo que a Câmara tenha alguma veleidade é fazer invasões de áreas. Assim não havendo intervenções passou às **Considerações finais e encerramento dos trabalhos.**

O Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança agradeceu a colaboração de todos, referindo que isto é um combate como tem dito em que não tem campeonatos, não há a força de segurança em primeiro lugar, a força de segurança em segundo lugar ou a força de segurança que está em terceiro lugar, ou a força de segurança A, ganhou à B, porque no dia em que tiver campeonatos, ou no dia em que tiver resultados de A contra B, significa que estamos todos a perder, é o conceito de que ficamos todos no fim da tabela, ninguém fica no

princípio, da tabela, o mesmo tem assumido nomeadamente com os outros municípios, quer dizer não há classificações de mais infetados, ou menos infetados, mais recuperados, ou menos recuperados, Referiu que é uma luta que nos apanha a todos do mesmo modo, e a todos deve envolver da mesma forma. Agradeceu a colaboração que tem havido, pois referiu ter a noção que de todas as partes a começar pela Câmara Municipal de Cascais, essa colaboração tem sido excecional, não inibe de que não possa ser ainda melhor e isso é um processo de autoavaliação que cada um tem que fazer (onde é que eu consigo dar mais), ainda para mais numa situação completamente desconhecida, numa situação em que foi apanhado pelo meio com situações de doença, neste caso ligada ao coração, explicou, tudo isto nos confronta em todos estes processos, e também se devem por as coisas noutra perspetiva até para combater aquilo que podem vir a ser os próximos tempos e não é positivo, que é a desesperança, ou seja, as pessoas às tantas estão tão cansadas, tão fartas, que perdem a paciência e desesperam e então aí o pior que há é baixar os braços, e se isto é complicado do ponto de vista individual, é muito mais complicado do ponto de vista coletivo e muito especialmente se esse coletivo tem responsabilidades acrescidas em relação à própria comunidade como é o caso de todos os que estamos aqui, e portanto temos também que ver isto de uma outra perspetiva, na verdade somos, ia dizer privilegiados, mas ninguém é privilegiado, mas o que é certo mencionou é que somos nós que estamos neste tempo e neste lugar com responsabilidades acrescidas de que as nossas decisões tocam, implicam, provocam reações num grupo mais alargado e por isso temos também uma oportunidade para poder fazer diferente, porque ninguém consegue fazer a diferença absolutamente sozinho e se se conseguir manter esta atitude e este racional não se sai bem, porque pelo caminho há destroços que vão ficar, mas sai-se muito melhor do que se não tivéssemos este tipo de atitude que tem prevalecido aqui no concelho de Cascais e que esperamos que assim continue.

O Sr. Presidente do Conselho agradeceu uma vez mais a presença de todos, referindo que iria convocar o Conselho Restrito para o mês de novembro, para irem acompanhando a forma como interligar e no âmbito das palavras da Sra. Inspetora do SEF. Mencionou ainda que Cascais teria um dia forte em virtude do Conselho de Estado se realizar no Palácio da Cidadela, com a presença da Sra. Presidente da União Europeia.

E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada em Conselho Municipal de Segurança, vai ser assinada pelo Presidente.

O Presidente do Conselho Municipal de Segurança



Carlos Carreiras